

OS ORGANISMOS REGIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA

THE REGIONAL ORGANIZATIONS FOR THE DEVELOPMENT OF AFRICA



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 03 | N°. 06 | Ano 2022

**JOÃO SICATO KANDJO
WALDMAR CAHILA**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo explicar o surgimento, desenvolvimento, e objetivos dos organismos regionais. Para o alcance da meta proposta, usou-se o método da pesquisa bibliográfica, articulada, cruzada e criticada para se chegar a uma verdade mais próxima. O trabalho concluiu que depois do alcance das independências dos países africanos, notou-se destruição e fome. Por isso, houve a necessidade de se criar organismos econômicos para resolver conflitos políticos e econômicos em âmbito regional, de modo a alavancar a economia da África. As relações entre a África e a Europa, particularizando a Grã-Bretanha e a França, como sendo os países que tinham maior zona de influência em África, são os que mais se beneficiam da matéria prima, antes e pós-independência. Por fim, *ipsus factus* está que, para o desenvolvimento da África que se cumpra a máxima de Ki-Zerbo- recursos humanos preparados, produtividade/industrialização e unidade.

PALAVRAS-CHAVE: África; Organismos Regionais; instituições internacionais; soluções.

ABSTRACT: The present work aims to explain the emergence, development, and objectives of regional bodies. To reach the proposed goal, the method of Bibliographic Research was used, articulated, crossed and criticized to reach a closer truth. The work concludes that after the achievement of the independence of African countries, destruction and famine were noted. Therefore, there was a need to create economic bodies to resolve political and economic conflicts at the regional level, in order to leverage Africa's economy. Relations between Africa and Europe, particularly Great Britain and France, as the countries that had the greatest zone of influence in Africa are the ones that benefit most from the raw material, before and after independence. Finally, *ipsus factus est* that, for the development of Africa, the maxim of Ki-Zerbo - prepared human resources, productivity/industrialization and unity must be fulfilled

KEY WORDS: Africa; Regional Organizations; International Institutions; Solutions.

Site/Contato

Editores

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

OS ORGANISMOS REGIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA

JOÃO SICATO KANDJO¹
WALDMAR CAHILA²

INTRODUÇÃO

Numa fase introdutória como esta, convém fazer lembrar que para a compreensão dos organismos Regionais/Comunidades Econômicas, é necessário partir do processo das independências dos países africanos. Em linhas gerais, subdividem-se em dois fatores: internos e externos. Os externos tem a ver com a geopolítica internacional, como a Segunda Guerra Mundial, que permitiu a decadência da Europa, as potências pós-guerra (E.U.A. e U.R.S.S.) por optarem em políticas anticolonialistas, a O.N.U. criada em São Francisco, em 1945, como porta-voz dos oprimidos, bem como as influências da China, Índia e Indonésia, na Conferência de Bandung com os Estados soberanos da África, em 1955.

Por outro lado, apresentam-se os fatores internos, nomeadamente, os sindicatos, que reclamam constantemente os direitos dos trabalhadores, desde os subsídios, férias, aumento de salário e melhores condições de trabalho, mas, sobretudo, atacar a raiz do problema e exigir autonomia e independência da África, a pressão exercida pelo movimento dos estudantes e da ação dos intelectuais, a influência das igrejas e os movimentos políticos. Este último foi o motor das independências, cujos métodos são resumidos em pan-arabismo (norte), pan-negrismo (todos negros), pan-africanismo (toda África), crioulisto, etnofilosofia, entre outros. De acordo com Kandjo (2020, p. 160), tendo em conta este todo ambiente, alguns países tornaram-se independentes nos anos de 1950 (Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia, Gana, Guiné Konakry...), outros nos anos de 1960 (Nigéria, Mali, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Quênia, Malawi, Zâmbia, Gabão, R.C, R.D.C...), nos anos de 1970 (Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique...), 1980 (Zimbabwé...) e 1990 (Eritreia, Namíbia...).

Depois de maior parte do continente africano ganhar as suas independências, para minimizar a questão da pobreza, da miséria, da fome e das construções de infraestruturas africanas criou-se os organismos regionais. Estes problemas, embora minimizados, continuam até hoje. Daí a extrema importância deste trabalho em que se tentou refletir sobre os melhores métodos e opções para os problemas do continente africano (KAMABAYA, 2003). Uma vez que se começou a alcançar as independências verificou-se fortemente uma globalização que obrigou os países africanos a se definirem e se posicionarem no mercado internacional. Foi neste

¹ Mestre em Ensino da História da África, pelo Instituto Superior Politécnico Sol Nascente. Huambo, Angola. sikatokandjo10@gmail.com

contexto que tiveram de se fazer opções que levou a tomar a decisão da criação de um organismo principal, a OUA (Organização da Unidade Africana) que em 2002 se transformou em UA (União Africana). Para dar passos sucessivos, este organismo subdividiu-se em pequenos organismos, mais práticos e regionais, nomeadamente, a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), SADCC/SADC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral/Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), UMA (União do Magrebe), COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central) e NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África).

METODOLOGIA

Para este trabalho foram empregues três métodos, tais como: Histórico-lógico e principalmente a Pesquisa Bibliográfica. Histórico-lógico: permitiu de forma geral obter dados relacionados com o histórico das relações entre a África e as ex potências coloniais, e assim comparar as informações recolhidas nos documentos. A Pesquisa Bibliográfica foi útil na revisão e análise da literatura especializada sobre os organismos em causa. Igualmente, para sintetizar os principais argumentos científicos para própria investigação. Desta feita, foi possível comparar e cruzar as informações obtidas por via da escrita.

Pela espécie da pesquisa, optou-se pela análise descritiva dos fatos que ocorrem desde o século XX ao século XXI.

1. ANÁLISE DESCRITIVA

1.1. Principais Organismos Regionais da África

CEDEAO (ECWAS) é um organismo da África Ocidental que foi pensado e criado para permitir o desenvolvimento econômico, político e social, tendo em conta a fragilidade que África apresentou durante as independências. Sobre este aspecto, tem-se que levar em conta o fato de a guerra civil era visível, e com ela a destruição como consequência da luta de libertação, a fome e a miséria que assolavam e até hoje continuam a reduzir significativamente a população do continente.

Foi no amanhecer de 1975 que se criou a CEDEAO, tendo como base os países que compõem a UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano) composto por oito (8)

² Mestre em Ensino da História da África, pelo Instituto Superior Politécnico de Ciências de Educação do Huambo, Angola. waldmar69@gmail.com

países membros colonizados pela Inglaterra (Gana), Estados Unidos da América (Libéria), França (Guiné Konakry) e Portugal (Cabo Verde), cuja união não foi fácil por causa das divergências culturais, linguísticas, heranças, mentalidade, comportamentos e religiões (GONÇALVES, 2016; NHAPULO, 2017). Para dar asas ao organismo, em 1990 criou-se a ECOMOG (Grupo de Observadores Militares da CEDEAO) que interveio fundamentalmente no conflito da Serra Leoa e da Costa do Marfim. Estes são os objetivos econômicos da CEDEAO, segundo Manuel (2014, p. 14):

Promover boa governação, justiça e melhorar a prevenção, gestão e mecanismos de resolução de conflitos; ii) promover o desenvolvimento de infraestruturas e um ambiente empresarial competitivo; iii) promover o desenvolvimento sustentável e a cooperação regional; iv) aprofundar a integração económica e monetária; v) Reforçar a capacidade institucional e vi) reforçar os mecanismos de integração no mercado global.

Depois da criação da CEDEAO, não demorou muito tempo, criou-se também um organismo económico que velasse pelo desenvolvimento da África Austral (SADCC/SADC). Foi assim que em 1979, na altura um encontro marcado em Arusha. e depois de um ano em Lusaka-1980, alguns países que se intitulavam linha da frente, nomeadamente, Angola, Zâmbia, Tanzânia, Malawi, Suazilândia, Moçambique, Lesoto e Botswana debateram e concluíram institucionalizar a SADCC em 1980, que mais tarde, isto é, em 1992 se transformou em SADC. Com efeito, depois de dois anos, em 1994, juntou-se ao organismo a África do Sul. Em 1995 foi a vez da Ilha Maurícia, enquanto que as Seychelles e a República Democrática do Congo entraram neste organismo apenas em 1997 (M'BOKOLO, 2003).

A região da África Austral é um espaço muito rico, senão vejamos a distribuição dos recursos económicos que se apresentam. Por exemplo, Angola, Namíbia, Zâmbia e RDC são países com uma grande potência mineral e dispõem de muitos recursos naturais, como é o caso do petróleo, gás, diamantes, etc. Países como o Zimbabué e a África do Sul possuem muitas indústrias, o que sugere ser evidente herança da colonização inglesa e pela forma como ocorreu o processo de descolonização.

Os objetivos primários para a primeira SADCC tinham que ver com a resolução dos conflitos que se faziam sentir nesta mesma região. A título de exemplo pode-se pensar no *apartheid* (sistema de segregação racial), imposto pela união sul africana que ganhou a independência em 1910, e começou a criar a separação entre os brancos e os negros. Este problema não só afetou a África do Sul, como também os países vizinhos que tiveram de pagar uma dívida não contraída, isto é, ser incluídos no sofrimento da vizinha África do Sul e que também foram colonizados pela Inglaterra: Zimbabué e Namíbia. Foi por esta razão que o Zimbabué só alcançou a sua independência em 1980 e a Namíbia em 1990. Depois de se resolver

este problema com a liberdade de Nelson Mandela em 1990, e com o fim do próprio *apartheid* em 1994, foi possível pensar não apenas na resolução dos conflitos políticos da região, como também na concentração do desenvolvimento da economia. Esta realidade é que motivou a transferência da primeira SADCC (1980) para SADC (1992).

Resume-se os antigos objetivos da SADCC da seguinte forma:

Mobilização de recursos para promover a aplicação de políticas nacionais, intraestatais e regionais; ii) estabelecer relações com vista a uma integração regional equitativa e genuína; iii) harmonizar as diversas acções para assegurar a cooperação internacional no âmbito da estratégia para a libertação económica enquanto necessidade de autodefesa económica dos Estados da região perante a África do Sul e do *apartheid*.

Os novos objetivos da SADC:

Criação de infraestruturas económicas e equipamentos colectivos; ii) disponibilização das redes de telecomunicações para normalizar as relações com os centros financeiros mundiais; iii) estruturação do sistema bancário e financiamento regional; iv) valorização dos recursos humanos de cada um dos Estados membros.

UMA – União do Magrebe

No dia 17 de fevereiro de 1989 foi criada a União do Magrebe (norte) com os mesmos objetivos de estabelecer a paz e desenvolver a economia ao nível da região do norte.

Os países que compõem esta zona econômica são os seguintes: Egito, Líbia, Sudão do Norte, Marrocos, Tunísia e Argélia. COMESA é um mercado comum que teve a sorte de juntar 22 países, da África Oriental e Austral, de modo a facilitar a transição de diversos produtos no mercado intrarregional e continental. Historicamente, este organismo é proveniente do Plano de Lagos, que desde 1982 pretendia liberalizar as trocas comerciais na intenção de permitir a integração regional, cuja base foi o Banco PTA – Centro de Arbitragem Comercial. Porém, tendo em conta o pensamento emergente da época, em 1993 a PTA foi substituída pela COMESA. Neste caso, não se estava a pensar apenas na África Oriental, mas também na África Austral. Foi por este fato que se chamou “Mercado Comum” (HUGON, 2015).

A construção da CEEAC começou indiscutivelmente em 1976, com a criação da CEPGL (Comunidade Económica dos países dos Grandes Lagos, onde faziam parte as antigas colónias da Bélgica, como o Burundi, Ruanda e a República Democrática do Congo, cujos objetivos fracassaram. Neste, entretanto, o Ruanda e o Burundi acharam por bem juntar-se à EAC (Comunidade da África Oriental). A República Democrática do Congo, por outro lado, optou por se unir à CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central).

No entardecer de 1983, com programas e políticas bem estabelecidas cria-se a CEEAC para responder aos problemas que até então afligiam o centro de África. Igualmente, Angola e a República Democrática do Congo, para além de fazerem parte da SADC, de igual modo, são partes integrantes da CEEAC. De modo a dar um passo significativo, instituiu-se um pequeno organismo, a CEMAC (Comunidade Económica e Monetária da África Central), em 1994, para dar continuidade a UDEAC (União Aduaneira e Económica da África Central) que partiu fundamentalmente de um acordo entre os países membros e a França.

Objetivos da CEEAC, segundo Manuel (2014, p. 15):

- i) Diminuição das barreiras tarifárias e não tarifárias; ii) supressão dos direitos e taxa de importação; iii) eliminação das restrições de comércio intraregional; iv) introdução progressiva de uma taxa aduaneira e de uma política comercial comum; v) supressão de obstáculos à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais; vi) melhorar a indústria, os transportes, as comunicações; vii) união dos bancos comerciais e a criação de um fundo de desenvolvimento.

Fukuyama (2005), citado por Manuel (2014, p. 9), talvez, com um pouco de pessimismo terá declarado o seguinte:

A criação das organizações regionais: i) Comunidade da África Austral (SADC); ii) Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); iii) Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), desvela-se algum voluntarismo tendente à autodeterminação económica. No entanto, o determinismo internacional que é óbvio em boa parte dos Estados africanos, nunca deixou de guiar a imprecisão potencial e designada “cooperação para o desenvolvimento”, a qual observação de regra, reforça os conceitos de Estados centrais, semi-periféricos e periféricos.

Tendo em conta o apoio que a França deu às suas antigas colônias, com a criação da AOF e AEF, disponibilizou-se para a criação de dois bancos que teriam a missão de fazer catapultar a economia da África Ocidental e Equatorial (central). Primeiro, o da África Ocidental, o BCEAO (Banco Comercial dos Estados da África Ocidental) e o BEAC (Bancos dos Estados da África Central) cuja moeda é o CFA. Ambos bancos estão associados a outros de natureza comercial e de capital multinacional. A NEPAD, tal como afirmou Joaquim Chissano, citado por Roque (2007, p. 25): “[...] é uma iniciativa africana que tem objetivos muito claros e um princípio segundo o qual compete aos africanos traçarem o destino de África e removerem os obstáculos a um desenvolvimento acelerado em todos os domínios (...)”.

A NEPAD emerge de algumas iniciativas económicas que se faziam sentir a partir de 2000 e 2001. Primeiramente o MAP (Parceria do Milénio para o Programa e Recuperação de África, encabeçada por Thabo Mbeki, na altura como presidente da África do Sul e auxiliado

pela Organização da União Africana (OUA), além dos presidentes da Nigéria Olusengun Obasanjo e da Argélia Abdulaziz Bouteflika, que estavam reunidos para encontrarem a melhor forma que pudesse permitir resolver os seus problemas. Há que ver o Plano OMEGA que o presidente senegalês Abdoulaye Wade trouxe sobre à mesa em 2001, cuja proposta fundamental era a promoção e a aposta na educação, e o terceiro, o CAR (Compacto para a Recuperação Africana).

Com efeito, em 2001, justamente no mês de maio, na capital da Argélia (Argel) pensou-se juntar as três iniciativas para denominar-se NAI (Nova Iniciativa Africana), que foi alterada em outubro do mesmo ano para formar a NEPAD, na presença de vários chefes de Estados. Para além dos que já mencionámos, acresce-se Chiluba da Zâmbia, cujo secretariado ficou na África do Sul. A Nova Parceria para o desenvolvimento de África serve para auxiliar os cinco (5) principais organismos, de modo a juntar a diáspora ao novo desafio do milênio. A NEPAD traz na sua agenda objetivos claros, nos dizeres de Roque (2018, p. 184):

- i) Erradicar a pobreza e colocar os países africanos, individual e colectivamente, no caminho do desenvolvimento sustentado, evitando, assim, a marginalização, que o continente enfrenta no processo da globalização; ii) romover o papel das mulheres em todas as actividades, nomeadamente através da eliminação das disparidades do género no processo de matrículas na educação primária e secundária.

1.2. A África Pós-independente e as Potências Coloniais

Segundo Hugon (2015), a França tem um papel importante na existência e sobrevivência dos organismos regionais. Tal como afirmou o ministro francês Guiringaud “sem a África não haveria história da França no século XXI”. Mesmo depois das independências a França tem ajudado bastante as suas ex-colônias, militarmente e financeiramente, onde 59% da sua ajuda é direccionada para a África subsariana. Por exemplo, em 2011 foram enviados nove mil homens (9.000) para a Costa do Marfim, Gabão, Djibouti, Senegal, R.C.A e Chade, para dirimir os conflitos, políticos, sociais, religiosos e outros que foram acontecendo nestes países.

A Grã-Bretanha tem uma tradição antiga no continente africano. Após as independências das suas antigas colônias, criou-se a Commonwealth, onde todos que fazem parte deste grupo recebem ajuda, como acontece com a potência regional da CEDEAO (Nigéria) e SADC (África do Sul). Portugal foi o primeiro e último colonizador. Aliás, para entregar as terras aos seus donos foi necessária muita luta. Depois de 1975, para continuar presente e se relacionar na geopolítica internacional, criou-se o PALOP. Em função disso, Angola detém 3,8% da capitalização bolsista, e adquiriu em 2011 quotas em empresas privatizadas. A União Europeia representa em África mais de 50% dos fluxos comerciais e da ajuda, além de 2/3 dos fluxos de

investimento. Importa lembrar que este organismo intervém em três vertentes, nomeadamente: diplomacia preventiva, gestão militar das guerras e solução pacífica. Desta forma, financia-se a África apoios logísticos, formação das forças policiais e armadas, desarmamento e desmobilização.

Em relação a África e as Nações Unidas, “a Etiópia e a África do Sul fazem parte dos países fundadores das Nações Unidas, desde 1945. Por outra, todos os países africanos são membros da ONU” (HUGON, 2015, p. 296). Os principais estados membros africanos da ONU fazem parte do movimento dos não-alinhados. A África está presente no seio das agências especializadas em diferentes domínios e instituições não financeiras da ONU, a exemplo da OMS (saúde), UNESCO (educação e cultura), PNUD (desenvolvimento), FAO (agricultura), UNICEF (ajuda à infância) e outros.

O Fundo Monetário Internacional vem dando o seu apoio a África, fundamentalmente a partir da década de 1980, e lançou um programa de ajustamento para dar equilíbrio financeiro aos países mais necessitados, através do endividamento para se lutar contra a pobreza e a miséria. Desta feita, os países africanos, por intermédio das ex potências coloniais, continuam a fazer dívidas que põe em risco a própria independência econômica, uma vez que quem dá uma mão sai de África com duas mãos cheias (HUGON, 2015).

1.3. Possíveis Soluções para Alavancar a África

Já é do conhecimento da maioria que África é o continente mais pobre em termos de desenvolvimento social e econômico. E, por conseguinte, com uma taxa de mortalidade mais elevada. Por azar, tem tido governos que pouco facilitam para alavancar o seu crescimento e desenvolvimento internamente e na arena internacional. Por isso, uma pergunta se levanta; o que é necessário fazer para África sair da miséria? Ou terá de continuar a depender da bondade internacional? Especialistas como Ki-Zerbo (2002) propõem três elementos chave que devem ser aplicados simultaneamente, nomeadamente:

1.3.1. A unidade

Entre os líderes africanos e a população em si há o discurso da necessidade de união dos povos que vivem no continente. Um bom exemplo para indicar a importância desta unidade está no fato ocorrido ainda nos anos 1990. A União Europeia, mediante necessidade de se reunirem com os líderes da África Austral, marcaram o encontro, mas impuseram veto à presença de Robert Mugabe, alegando que este era um péssimo governante, e como tal, não seria bem-vindo

a esta reunião. Os chefes de Estado da região austral encaminharam uma carta afirmando: - se Mugabe não for ao encontro, então ninguém mais deveria ir para o mesmo. Como consequência desta boa atitude de união dos líderes africanos, os europeus (portugueses) anularam a condição que previa a ausência de Robert Mugabe. Ora, será que se os países africanos tivessem agido desta forma em relação ao contexto líbio, não teriam evitado o assassinato de Khadaff por parte do imperialismo? Não sei ao certo. Porém, quando houver unidade dificilmente seremos vencidos. O contrário é uma catástrofe.

1.3.2. A produtividade

A reflexão sobre a produtividade é versada fundamentalmente para a produção agrícola. Não haja dúvida de que as primeiras civilizações que a humanidade conheceu emergiram ao longo dos grandes rios, e conseqüentemente desenvolveram uma agricultura forte. Assim, foi o caso da civilização Egípcia, Suméria, Babilônica, Persa, Chinesa, Japonesa, Grega, Romana e por aí em diante. E África? O que falta?

René Dumont, agrônomo de formação, em 1962, referenciado por M´Bokolo (2003) publicou um livro muito rico, onde fez parecer que a África tinha começado mal. Como conclusão da sua tese, afirmou: Se a África quisesse crescer, os seus líderes deveriam apostar fortemente na agricultura. Para além de se lutar para produzir o suficiente para o consumo interno, também constitui um imperativo lutar para desenvolver e construir indústrias, fábricas e empresas fortes que garantam a sustentabilidade dos africanos.

1.3.3. Os recursos humanos

É *ipso factus* que a África é o continente com maior número de analfabetos e esta realidade tem sido um dos piores obstáculos ao desenvolvimento deste continente. Se África quiser crescer, como dizem os seus líderes antigos e atuais, deve proporcionar uma formação de qualidade para a sua população, de modo a competir com qualquer cidadão do mundo.

2. CONCLUSÕES

Depois do continente ser descolonizado, houve a necessidade de se criar Comunidades Econômicas para alavancar a economia do continente, e assim reduzir a pobreza, miséria, fome e destruição existente. Estas comunidades - CEDEAO/ECWAS, SADCC/SADC, CEEAC, UMA & COMESA, fundamentalmente constituem a melhor esperança. Notando-se a fragilidade destes

organismos, a OUA (Organização da Unidade Africana-1963) foi transformada em UA (União Africana-2002) e com isto se decidiu adotar a NEPAD (Nova Parceria para o desenvolvimento da África-2001) como forma de auxiliar a conquista dos mais nobres objetivos. Avaliando a África no século XXI, há uma tristeza muito grande entre os africanos. A África e a Ásia partiram juntas, mas a África ficou pelo caminho. A este respeito algumas perguntas se levantam: o que se passa com a África? O que se passa com os dirigentes africanos? Ou será que negam a liberdade e a independência econômica?

Apresentou-se algumas propostas para libertar a África. Estas, na verdade, já são conhecidas e vão sendo aplicadas aos poucos - unidade, produtividade, industrialização e formação do homem; seguem-se a disciplina, combate à impunidade, corrupção e péssimos governos e dirigentes. Por fim, alcançar-se-á a verdadeira independência quando a África se livrar economicamente dos outros. Porque a solução para os problemas de África está com os seus filhos, está internamente. Os outros vão sempre procurar servir os seus interesses (FMI, ONU, UE...).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Jonuel. **Manual de Estudo sobre África**. Luanda: Mayamba, 2016.

HUGON, Phillipe. **Geopolítica de África**. Paris: Escolar Editora, 2015, 3ª Edição.

KANDJO, João Sicato. **História da África, séculos XV-XXI**. Luanda: NHConteúdos, 2020.

KANDJO, João Sicato. A Influência da Baixa de Kasanji na Independência de Angola. **RAC: Revista Angolana de Ciências**. 2 (1), 148-166, 2020.

KANDJO, João Sicato. **Manual de História de Angola, da Pré-história até 1975**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2021.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. 3ª Edição. Publicações Europa-América, 2002.

KAMABAYA, Moises. **O Renascimento da Personalidade Africana**. Luanda: Editorial Nzila, 2003.

MANUEL, Tuka. **África Pós-proclamação das Independências**. Material de apoio no Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela-Katyavala-Bwila, 2014.

M'BOKOLO, Elíkiá. **História e Civilizações, do Século XVIII aos nossos dias**. 2ª Edição. Tomo I, Lisboa: Colibri, 2003.

NHAPULO, Telésfero de Jesus. **Atlas dos Movimentos de Libertação da África Austral**. Maputo: Plural Editores, 2017.

ROQUE, Maria de Fátima. **Uma Década de África, Um Continente e os Seus Desafios e Futuros**. Luanda: Texto Editores, 2018.

ROQUE, Maria de Fátima. **África, NEPAD e o Futuro**. Luanda: Texto Editores, 2015.

Recebido em: 08/04/2022

Aprovado em: 30/10/2022